

ABSORÇÃO DOS MIGRANTES NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE (*)

Carlos Osório (**)

Resumo: O estudo representa uma análise da influência das migrações na estrutura setorial da força de trabalho da Região Metropolitana de Recife, uma vez que a literatura econômica sobre migração está mais relacionada com as determinantes do que com as conseqüências dos fluxos migratórios. A partir dos perfis de distribuição de renda dos Estados migracionais, o autor deduz a tendência de um migrante aumentar a renda quando ele aumenta o número de anos de residência em um município da Região Metropolitana de Recife, sendo a renda média dos migrantes uma função crescente do tempo. Essa sua constatação visa a testar a hipótese da teoria do gradiente de renda, através da qual as transformações da estrutura da força de trabalho é explicada pelos diferenciais de renda. Uma outra conclusão que se segue no estudo é de que a distribuição de renda de todos os migrantes é melhor do que a dos nativos, o que é confirmada pela comparação dos perfis das respectivas distribuições, que mostra que a razão de migrantes para nativos cresce com o nível de renda das várias classes. Por fim, o estudo revela a distribuição dos nativos e dos migrantes, em termos de participação, entre os diversos ramos de atividades, bem como os setores que apresentam maior poder de absorção de mão-de-obra, classificada entre nativa e migrante.

A literatura econômica sobre migração cuida mais dos determinantes do que das conseqüências dos fluxos migratórios. L.A. Sjaastad (1) e M.J. Greenwood (2) reclamaram contra esse desbalanceamento, tendo o primeiro afirmado que "pouco tem sido feito para determinar a influência da migração como um mecanismo equilibrador em uma economia em transformação". Atendendo a essa preocupação, o estudo que se segue analisará a influência das migrações na estrutura setorial da força de trabalho, no caso da Região Metropolitana do Recife (RMR), que contém, além do município núcleo do Recife, os seguintes municípios periféricos: Cabo, Igarassu, Itamaracá, Jaboatão, Moreno, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata.

(*) O presente texto compõe o item 2.2 do livro "A Economia de Pernambuco", do CME-PIMES, Recife, 1975.

(**) Professor do Departamento de Economia do PIMES/UFPE.

(1) L.A. SJAASTAD. *The Costs and Returns of Human Migration*, *Journal of Political Economy*, Supplement, Oct 1962, 70 (5), pp. 80-93.

(2) M.J. GREENWOOD. "Research of Internal Migration in the United States": A Survey. *Journal of Economic Literature*, June 1975, 13(2), pp. 397-434.

É mister mencionar alguns estudos que desvendaram o fenômeno migratório para as RM's nordestinas, realizados no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (I.J.N.P.S.) (3) e no Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (4). Recentemente, uma comissão regional mista (SUDENE/BNB) vem aprofundando o conhecimento das migrações no Nordeste. De amplo escopo, a pesquisa vem sendo divulgada em série (5). Pretende-se aqui complementar em alguns aspectos esses valiosos trabalhos, qualificando a hipótese de que a migração e a distribuição de renda se condicionam. Vista pelo prisma da distribuição de renda, a análise que se faz a seguir, da alocação setorial da força de trabalho, ressaltará a questão das desigualdades de renda.

A força de trabalho será representada pela População Economicamente Ativa (PEA), e será estudada à luz das informações colhidas no Censo Demográfico de 1970, do IBGE.

As pessoas da PEA são classificadas de acordo com o "Estado Migracional" como nativas ou como migrantes quando, respectivamente, residiam ou não no mesmo município em que nasceram. Convém notar que os dados disponíveis não distinguem se cada migrante mudou de residência entre dois municípios da RMR ou de fora para dentro da RMR. Em ambos os casos, a pessoa é aqui indistintamente considerada como migrante, o que causa um certo viés em relação ao conceito mais comum de migrante, ligado apenas ao fenômeno de mudança de residência de um município externo para um município interno à RMR. Convém notar também que o número de anos de residência dos nativos se distribui de acordo com sua pirâmide etária, salvo nos casos de emigração e remigração.

A distribuição da PEA entre nativos e migrantes era, em 1970, aproximadamente empate. Na verdade, a frequência de nativos levava pequena vantagem sobre a frequência de migrantes (veja tabela 1).

Os migrantes são distribuídos entre quatro Estados Migracionais, dependendo do número t de anos de residência no município da RMR após a data da migração: $t < 2$; $2 \leq t < 6$; $6 \leq t < 11$; e $11 \leq t$, sendo este último prazo ilimitado e incluindo as pessoas migrantes da PEA, que não declararam no Censo o número de anos de residência no município da RMR onde moravam.

(3) Mário LACERDA DE MELO. Tomo I: Estudo Geográfico; Antônio Carolino GONÇALVES. Tomo II: Aspectos do Crescimento Urbano; Paulo MACIEL. Tomo III: Aspectos Econômicos; Levy CRUZ. Tomo IV: Caracterização Social, in *As Migrações para o Recife*, IJNPS, Recife, 1962.

(4) Hélio MOURA. "As Variações Migratórias no Nordeste". *Revista Econômica do Nordeste*, ano IV, no. 14, out/dez 1972, pp. 20-47.

(5) Hélio MOURA e J. Olímpio COELHO. *Migrações para as grandes cidades: intensidade e características demográficas*. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1975. Série: Estudos Econômicos e Sociais, v.1.

Mais de um décimo da PEA de 1970 era constituído de migrantes recentes de até dois anos de residência e um quarto da PEA era de migrantes de menos de onze anos de residência. Os migrantes remotos de onze ou mais anos de residência eram pouco menos de quarto da PEA, o que significa um total de quase a metade de todos os migrantes (veja tabela 1).

A média anual do fluxo migracional foi muito mais intensa nos dois anos que antecederam o Censo de 1970 do que nos demais anos da década dos 60, devido, possivelmente, à calamidade das secas no interior de Pernambuco e das cheias na RMR. Calcula-se o fluxo migracional médio como a razão da frequência absoluta de migrantes de cada intervalo de tempo da migração pelo número de anos do intervalo. Note-se que os migrantes de menos de onze anos são classificados em intervalos disjuntos de dois, de quatro e de seis anos (veja tabela 2).

Os dados disponíveis para os estados migracionais são do tipo "cross section", portanto, não se prestam para testar a mobilidade vertical (entre segmentos de renda) de casos específicos de migrantes, nem de nativos. Por conseguinte, os dados "cross section" são também insuficientes para testar as hipóteses sobre os determinantes de migração. Entre as hipóteses vigentes (7) na literatura econômica distingue-se a teoria do gradiente de renda, que visa explicar as transformações estruturais da força de trabalho através das expectativas quanto a diferenciais de renda: a decisão de migrar (8) e a de trocar de setor ou de empresas de um setor seria fundada na expectativa de se ganhar mais no "lugar" de destino, durante o resto da vida, do que no "lugar" de origem.

O migrante acumula informação sobre as circunstâncias e tendências do mercado de trabalho metropolitano, desenvolve sua capacidade produtiva e vai-se adaptando às exigências da demanda no intuito de encontrar a sua posição de equilíbrio no mercado.

Ao pretender maximizar seu bem-estar, o migrante tenta ter mobilidade vertical na distribuição de renda, à medida que cresce sua experiência metropolitana. Os dados "cross section" relativos aos vários segmentos de renda revelam a distribuição de probabilidade de uma pessoa aleatória da PEA de determinado estado

(7) J.E. STIGLITZ. "Alternatives Theories of wage determination and unemployment in L D C's: The labor turnover model", *The Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, Mass., 88 (2), may 1974.

(8) M. TODARO. "Income expectation, rural migration and employment in Africa" – *International Labour Review*, Geneve, 104 (5), 1971. "A model of labor migration and urban unemployment in less developed countries" *American Economic Review Illinois*, 59 (1), mar 1969.

TABELA 1
REGIÕES METROPOLITANAS DO NORDESTE
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR ESTADO MIGRACIONAL

Estados Migracionais		Frequência Absoluta			Frequência Relativa (%)		
		Recife	Salvador	Fortaleza	Recife	Salvador	Fortaleza
Migrantes (prazos da migração em anos)	$t < 2$	56.038	36.947	29.049	11,4	10,4	9,8
	$2 \leq t < 6$	31.671	20.264	17.475	6,4	5,7	5,9
	$6 \leq t < 11$	35.020	25.456	21.663	7,1	7,2	7,3
	$11 \leq t$	116.353	79.854	68.415	23,7	22,5	23,2
Nativos		252.266	192.560	158.855	51,3	54,2	53,8
TOTAL DA PEA		491.348	355.081	295.457	100,0	100,0	100,0

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1970, IBGE.

TABELA 2
REGIÕES METROPOLITANAS DO NORDESTE
INTENSIDADE DO FLUXO MIGRACIONAL NA DÉCADA DOS 60

Estados Migracionais de Migrantes	Períodos de Imigração (*)	Intensidade Migracional (mil por ano)		
		Recife	Salvador	Fortaleza
$t < 2$	1968 a 1970	28,0	18,5	14,5
$2 \leq t < 6$	1964 a 1968	7,9	5,1	4,4
$6 \leq t < 11$	1959 a 1964	7,0	5,1	4,3

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1970, IBGE.

(*) – Os períodos são contados entre os meados dos anos.

migracional pertencer a um segmento de renda especificado. A partir dos perfis de distribuição de renda dos estados Migracionais deduz-se a tendência de um migrante aumentar a renda, quando ele aumenta o número de anos de residência em municípios da RMR. Em suma, a renda média dos migrantes é uma função crescente de t .

Diante da dificuldade de se estimar com razoável confiança a remuneração média dos que ganhavam mais de Cr\$ 2.000 em 1970, devido às publicações do Censo Demográfico deixarem aberto e ilimitado o intervalo “de Cr\$ 2.001 e mais”, calculou-se a “renda média truncada” como a remuneração mensal “per capita” da PEA, excluindo a pequena parcela do intervalo “de Cr\$ 2.001 e mais” e a parcela daqueles que não declararam a renda. (Veja Tabela 3). Essa estimativa usada para o cálculo de “renda média truncada” só se refere a remuneração monetária, dispensando toda a remuneração que houver em espécie, tal como em vestuário, alimentação, habitação, etc. Na RM do Recife em 1970, a “renda média truncada” era menor do que na RM de Salvador e maior do que na RM de Fortaleza. Observe-se como a “renda média truncada” de cada Estado Migracional de migrantes cresce com o prazo da migração, e que a dos migrantes é bem maior do que a dos nativos.

Um documento publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) (9), que estima a remuneração média de todas as pessoas da PEA, sugere a mesma ordenação para as três RMs do Nordeste. Essa estimativa, para todas as pessoas da PEA, ultrapassa em Cr\$ 100 nos casos das RMs do Recife e Salvador, e em Cr\$ 43, no caso da RM de Fortaleza, a estimativa aqui realizada. O documento da OIT assim ordena as RMs brasileiras, começando pela de menor remuneração média: Fortaleza, Belém, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo. O mesmo documento, usando os índices de desigualdade de renda de Gini, de Theil e “redundância”, mostra que a RM do Recife — que tem a 3a. mais baixa renda média — é a de pior desigualdade (maior concentração) de renda entre todas as nove RMs brasileiras. Convém ressaltar que o Estado cuja capital é Recife (Pernambuco) é o de pior desigualdade de renda entre todos os Estados brasileiros, e os Estados cujas capitais são Fortaleza e Salvador (Ceará e Bahia) ficam no 3o. e 7o. lugares do grupo dos de pior desigualdade, e também que Pernambuco, seguido da Bahia, lideram o grupo dos de mais alta renda média entre os nove Estados da Região Nordeste, os quais são os de mais baixa renda entre os Estados brasileiros, e o Ceará está no 4o. lugar do grupo dos de mais baixo índice de renda média (10). A distribuição de renda na RM do Recife, em cada Estado Migracional, é composta de

(9) L. FRAENKEL; M. CASTRO; G. GRABOIS; E. TUCI NETO. “Employment Structure, Income Distribution and Internal Migration in Brazil”. *Population and Employment Working Paper* no. 18, ILO, Geneva, May 1975, mimeo.

(10) Ramonaval COSTA. “Size Income Distribution of Brazil in 1970 — A Cross Section Analysis of Income Distribution by Occupations”, unpublished Ph D's Dissertation, Vanderbilt University, august 1975, Nashville, Tennessee.

TABELA 3
REGIÕES METROPOLITANAS DO NORDESTE, 1970
REMUNERAÇÃO MENSAL "PER CAPITA" DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (*)

Regiões Metropolitanas	Migrantes					Nativos	PEA (*)
	$t < 2$	$2 \leq t < 6$	$6 \leq t < 11$	$11 \leq t$	Total		
Recife	227	234	260	282	259	224	241
Salvador	225	244	277	338	287	277	283
Fortaleza	159	192	215	264	225	180	201

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1970, IBGE.

(*) — Exclui-se da PEA o intervalo de "Cr\$ 2.001 e mais" e as pessoas que não declararam a remuneração.

dez segmentos de renda (veja tabela 4), entre os quais se encontram um reservado para os “sem rendimentos” e outro reservado para os “sem declaração”.

No segmento dos “sem rendimentos” figuram as pessoas da PEA que estão desempregadas — mas estão procurando emprego — e as pessoas da PEA que só recebem renda em espécie, tal como em alimentação, vestuário, habitação. Somam menos de três por cento da PEA nos vários Estados migracionais (sendo bem baixo para o de $11 < t$), exceto no de nativos onde somam poucos décimos a mais dos três por cento. Dado que os desempregados estão contidos no segmento dos “sem rendimentos”, conclui-se que a taxa de desemprego das estatísticas censitárias é bastante baixa em relação aos padrões internacionais, o que de certa maneira indica que o problema social em áreas subdesenvolvidas, a exemplo da RMR, reside — em contraposição às áreas desenvolvidas no mundo — não no desemprego em si, mas sim no subemprego e nas altas frações da PEA localizadas nos segmentos de renda mais baixos.

No segmento dos “sem declaração” participam aquelas pessoas da PEA que não revelaram a própria renda no Censo de 1970, por não saberem ou mesmo por não desejarem. Somam grosseiramente entre quatro a seis pontos percentis, sendo o maior deles no Estado Migracional dos nativos.

Afora os segmentos dos “sem rendimentos” e dos “sem declaração”, os demais podem ser classificados da seguinte maneira:

Classe de baixa renda: de três segmentos iguais de Cr\$ 100 cada, compreendidos no intervalo de Cr\$ 1 a 300.

Classe de alta renda: do segmento que começa em Cr\$ 2.001, sendo ilimitado à direita.

Classes médias: { classe média baixa: do segmento Cr\$ 301 a 500
 { classe média alta: de três segmentos iguais de Cr\$ 500 cada, com ponto mínimo igual a Cr\$ 501 e ponto máximo de Cr\$ 2.000

O segmento de Cr\$ 1 a 100, o mais baixo dos três segmentos de baixa renda, está situado muito abaixo do salário mínimo vigente à época do Censo de 1970, no valor de Cr\$ 144 no município de Recife, porém sem sequer prevalecer para todos

TABELA 4
REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE
DISTRIBUIÇÃO RELATIVA (EM %) DE RENDA DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE
ATIVA NOS ESTADOS MIGRACIONAIS EM 1970

SEGMENTOS DE RENDA (Remuneração Mensal em Cr\$)	MIGRANTES					Nativos	PEA
	$t < 2$	$2 < t < 6$	$6 \leq t < 11$	$11 \leq t$	Total		
Sem rendimento	2,3	2,7	2,3	1,6	2,0	3,5	2,8
de 1 a 100	34,4	28,2	25,7	20,9	25,8	23,0	24,3
de 101 a 200	29,3	32,9	32,3	33,2	32,1	37,3	34,8
de 201 a 300	11,0	13,0	12,7	14,4	13,2	12,7	12,9
de 301 a 500	7,6	8,3	8,8	10,9	9,5	8,6	9,1
de 501 a 1.000	5,5	6,1	7,4	7,9	7,0	5,4	6,2
de 1.001 a 1.500	2,0	2,0	2,6	2,6	2,4	1,4	1,9
de 1.501 a 2.000	1,4	1,2	1,5	1,8	1,6	1,0	1,3
de 2.001 e mais	1,7	1,6	1,7	2,3	2,0	1,1	1,5
Sem declaração	4,8	4,0	4,9	4,3	4,5	6,2	5,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1970, IBGE.

os municípios da RMR. Mesmo admitindo-se que haja algum viés para baixo da verdadeira remuneração nas pesquisas domiciliares diretas, esse viés só é acentuado nos segmentos de renda mais altos. Os resultados do Censo teriam que sofrer um viés fortíssimo, de quase um terço do salário mínimo, para rebaixar uma pessoa de renda verdadeira de um salário mínimo para o segmento de Cr\$ 1 a 100. Essa argumentação conduz a se confiar que realmente se encontra nesse segmento a grande massa das pessoas da PEA que trabalham em condições submínimas. A frequência relativa desse segmento (veja tabela 4) é muito alta na RMR, atingindo quase um quarto da PEA, sendo maior para os migrantes do que para os nativos.

O segmento de baixa renda, que vai de Cr\$ 101 a 200, envolvia o salário mínimo do Recife, em 1970. O ponto mínimo do segmento era de, aproximadamente, um terço a menos do que o salário mínimo, e o ponto máximo atingia um terço a mais. Esse segmento é o de maior importância quantitativa em toda a distribuição de renda, com exceção feita no Estado migracional dos migrantes mais recentes, cujo segmento de maior frequência é o de Cr\$ 1 a 100. Ao contrário do que sucede no segmento de Cr\$ 1 a 100, onde os migrantes superam os nativos, no segmento de Cr\$ 101 a 200 são os nativos os que superam os migrantes (veja tabela 4).

No terceiro segmento de baixa renda, de Cr\$ 201 a 300, situa-se uma parcela da PEA com um nível de renda oficialmente mais alto do que o mínimo. Comparado com cada um dos outros dois segmentos de baixa renda, o terceiro é de muito menor importância quantitativa na distribuição de renda.

A distribuição de renda dos migrantes recentes é pior do que dos migrantes remotos, pois quando se cresce o prazo de migração de $t \leq 2$ para $t \geq 11$, caem 13,5 pontos percentis na frequência do primeiro segmento de baixa renda, que são compensados com os aumentos de 3,9 e 3,4 pontos na frequência do segundo e terceiro segmentos de baixa renda; de 3,3 na da classe média baixa; de 3,4 na da classe média alta; e de 0,6 na da classe de alta renda. (veja tabela 4).

Quando cresce o prazo de migração, a frequência relativa acumulada dos três segmentos que compõem a classe de baixa renda diminui lentamente, o que é também verdade para a dos dois primeiros segmentos de baixa renda. Ao contrário do que acontece na classe baixa, aumenta a frequência relativa da classe média baixa ou de qualquer segmento da classe média alta ou mesmo da classe de alta renda.

Na frequência relativa acumulada dos três segmentos de baixa renda como também na dos dois primeiros segmentos, os nativos são maioria devido à ampla maioria dos nativos (55%) no segundo segmento de baixa renda, (o que abrange o salário mínimo). Contrariamente, os nativos são minoria nas classes médias e na classe de alta renda.

A distribuição de renda de todos os migrantes é melhor do que a dos nativos. Isso já foi sugerido (veja tabela 4) em termos de renda média, e é confirmado pela comparação dos perfis das respectivas distribuições, que mostra que a razão de migrantes para nativos cresce com o nível de renda das várias classes. (A razão migrante/nativo é obtível a partir da tabela 4 (veja tabela 5).

TABELA 5
REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE, 1970
RELAÇÃO DE NATIVOS PARA MIGRANTES NAS CLASSES DE RENDA

Classes	Relação do no. de Nativos para o no. de Migrantes
Sem rendimento	1,81
De baixa renda	1,08
Média baixa	0,96
Média alta	0,74
De alta renda	0,59

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1970, IBGE.

A matriz quadrada da distribuição da frequência absoluta da PEA, entre os dez segmentos de renda (linhas) já especificados e dez setores produtivos (colunas), é denominada de [M total]. As colunas são dos seguintes setores:

- A = Agricultura
- AI = Atividades Industriais
- CC = Construção Civil
- CM = Comércio de Mercadorias
- PS = Prestação de Serviços
- TCA = Transportes, Comunicação e Armazenagem
- AS = Atividades Sociais
- AP = Administração Pública
- PL = Profissões Liberais
- OA = Outras Atividades

A definição décuplo — setorial da PEA aqui usada é a mesma do IBGE. O setor agrícola (A), ou primário, é aqui computado agregativamente. O setor industrial, ou secundário, é composto de AI e CC, enquanto o setor terciário se compõe de PS, TCA, AS, AP, PL e OA. Cada pessoa da PEA é classificada no setor produtivo em que trabalha e não pela característica da ocupação específica. Por exemplo: um pedreiro, embora sua ocupação específica seja da construção civil, aparecerá em

AI se trabalhar em um ramo de transformação industrial. Um pedreiro só é contado em CC quando trabalha no mesmo setor de sua ocupação específica, isto é, na construção civil.

Sejam $[M_{nat}]$ e $[M_{mig}]$ as matrizes, do mesmo formato da matriz $[M_{total}]$, que representam respectivamente as distribuições de frequência absoluta das pessoas nativas e migrantes. Tem-se, então, que $[M_{total}] = [M_{nat}] + [M_{mig}]$.

Relacionando os elementos da matriz $[M_{nat}]$ com os respectivos elementos da matriz $[M_{total}]$ obtém-se a matriz de participação dos nativos (veja tabela 6). A participação dos nativos supera amplamente a participação dos migrantes nos setores Agricultura, Outras Atividades e Atividades Industriais, enquanto o contrário se verifica apenas no setor de Prestação de Serviços, tendo os demais setores uma distribuição quase equitativa entre os migrantes e os nativos.

O setor de Atividades Industriais, por ter coeficientes técnicos rígidos, resiste à pressão dos migrantes e os absorve relativamente menos do que os demais setores produtivos urbanos. O setor de Atividades Industriais, apesar de ser muito dinâmico em termos de crescimento da produção e da capacidade produtiva, não tem absorvido mão-de-obra satisfatoriamente (11). As características produtivas e organizacionais do setor de Prestação de Serviços permitem que este setor seja grande absorvedor de migrantes. De acordo com a teoria do gradiente de renda, as Atividades Industriais deveriam atrair mais os migrantes do que as de Prestação de Serviços, cuja renda média é bem menor (veja tabela 6). Porém, esse setor, que menos atrairia migrantes, é o que os absorve relativamente mais.

As características mercadológicas da força de trabalho dos nativos determinam sua participação menor do que a dos migrantes nas classes médias e na classe de alta renda. Os nativos são minoria na classe média alta e na classe de alta renda para qualquer setor, exceto Construção Civil na classe de alta renda. Nos segmentos da classe de baixa renda, a participação dos nativos é maior quanto mais baixo é o nível de renda do segmento, para qualquer que seja o setor, exceto o de Prestação de Serviços.

(11) J. JATOBÁ. "Política de preços dos fatores, mudança tecnológica e absorção de mão-de-obra: o caso de indústria manufatureira do Nordeste brasileiro", Recife, CONDEPE, 1975. Tradução da Tese de Ph. D. Apresentada à Vanderbilt University em set. 1974.

TABELA 6
REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE – 1970
MATRIZ DE PARTICIPAÇÃO (EM %) DE NATIVOS NA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

Segmentos de Renda	A	AI	CC	CM	PS	TCA	AS	AP	OA	PL	PEA
Sem Rendimentos	68,3	72,4	69,7	51,7	63,3	33,3	16,0	—	67,5	59,3	64,4
De Cr\$ 1 a 100	62,8	63,4	55,9	54,5	42,0	62,8	57,8	49,4	60,4	59,0	48,5
De Cr\$ 101 a 200	64,7	57,3	49,6	52,4	50,7	55,3	54,1	57,0	59,8	59,3	55,0
De Cr\$ 201 a 300	51,6	51,4	43,7	49,2	47,8	49,4	50,9	53,2	57,4	52,8	50,3
De Cr\$ 301 a 500	39,2	50,8	44,7	46,3	45,7	49,8	49,8	49,7	52,5	58,0	49,0
De Cr\$ 501 a 1.000	38,0	45,3	37,7	43,0	40,1	46,3	46,6	43,9	49,8	48,8	44,6
De Cr\$ 1.001 a 1.500	24,3	38,9	40,5	33,0	20,4	37,1	44,9	36,7	41,9	42,7	37,8
De Cr\$ 1.501 a 2.000	43,6	35,6	38,5	40,0	49,7	35,8	46,9	30,3	39,9	59,8	39,1
De Cr\$ 2.001 e mais	44,7	31,4	51,9	35,9	36,2	35,5	42,1	36,3	38,6	35,6	37,2
Sem Declaração	52,1	55,8	53,5	55,5	51,3	54,8	46,3	54,3	68,0	59,6	59,2
TOTAL	62,8	54,4	49,1	50,2	44,2	51,6	50,9	49,6	61,5	51,9	51,3

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1970 — IBGE.

Visto que os migrantes são de quatro estados migracionais distintos, de acordo com o prazo de migração, tem-se que:

$$[M \text{ mig}] = [M(t < 2)] + [M(2 \leq t < 6)] + [M(6 \leq t < 11)] + [M(11 \leq t)]$$

A distribuição de renda por setor em cada Estado migracional obtém-se, a partir de cada matriz do tipo M, dividindo-se cada vetor coluna pelo somatório dos elementos do mesmo vetor coluna.

A “renda média truncada”, como definida anteriormente, da distribuição de renda de cada setor aumenta geralmente ao crescer t (veja tabela 7), exceto no setor de Administração Pública. Há, portanto, evidência de que a renda do migrante de cada setor depende da experiência metropolitana (dada pela variável t) do migrante. A renda média truncada dos nativos é, em cada setor, exceto em Prestação de Serviços, menor do que a de migrantes. Exceto para esse setor e para Atividades Sociais, é menor do que a dos migrantes recentes e, para todos os setores, é menor do que a dos migrantes remotos.

Comparando a renda média truncada dos setores (veja tabela 7) com a da PEA (veja tabela 3), pode-se agrupá-los de acordo com 4 critérios:

- a) os setores mais desprivilegiados têm renda média truncada até de a metade da PEA — Prestação de Serviços e Agricultura.
- b) os setores desprivilegiados têm “renda média truncada” dentro do intervalo de 16% a mais ou a menos da da PEA — Construção Civil, Atividades Industriais e Comércio de Mercadorias.
- c) os setores privilegiados têm “renda média truncada” cerca de 30% a mais do que a da PEA — Transportes, Comunicação e Armazenagem e Atividades Sociais.
- d) os setores mais privilegiados têm “renda média truncada” de mais de 75% a mais do que a da PEA — Administração Pública e Profissões Liberais.

O ordenamento dos setores pelo critério da “renda média truncada” mantém-se quase o mesmo entre os diversos Estados migracionais. Do setor de menor “renda média truncada” ao de maior, o ordenamento é exatamente o mesmo para os migrantes ou os nativos, exceto o setor de Outras Atividades:

os mais desprivilegiados $\left\{ \begin{array}{l} \text{1o. lugar: Prestação de Serviços} \\ \text{2o. lugar: Agricultura} \end{array} \right.$

os desprivilegiados	$\left\{ \begin{array}{l} 3\text{o. lugar: Construção Civil} \\ 4\text{o. lugar: Atividades Industriais} \\ 5\text{o. lugar: Comércio de Mercadorias} \end{array} \right.$
os privilegiados:	$\left\{ \begin{array}{l} 7\text{o. ou } 8\text{o. lugares: } \left\{ \begin{array}{l} \text{Atividades Sociais ou Transporte,} \\ \text{Comunicação e Armazenagem} \end{array} \right. \end{array} \right.$
os mais privilegiados	$\left\{ \begin{array}{l} 9\text{o. ou } 10\text{o. lugares: } \left\{ \begin{array}{l} \text{Administração Pública ou} \\ \text{Profissões Liberais} \end{array} \right. \end{array} \right.$

Obs.: Veja na tabela 7 que para $t < 2$ o ordenamento correto do setor de Atividades Industriais é no 6o. lugar. Entretanto, esse setor ocupa o 4o. lugar nos demais Estados migracionais. O motivo da troca de posição para o 4o. lugar foi o de se ter buscado um ordenamento geral para os setores. Com a troca forçada do lugar daquele setor, os setores de Comércio de Mercadorias e de Atividades Sociais puderam permanecer nas posições relativas que ocupam nos demais Estados Migracionais.

A alta participação das classes médias na distribuição da renda do setor de Atividades Industriais para o caso dos migrantes recentes é que levanta a “renda média truncada” (note-se que, para calculá-la, excluiu-se da PEA a classe de alta renda). As classes médias (como também a classe de alta renda) têm alta mobilidade residencial, dentro da RMR, atraídas pelas faixas residenciais mais “nobres”, como por exemplo as orlas marítimas dos municípios periféricos da RMR. Por outro lado, a RMR exerce atração no pessoal qualificado do interior de Pernambuco e dos Estados vizinhos, que deriva das necessidades do chamado “processo de industrialização”, incentivado pela SUDENE, o qual até 1970 concentrou na RMR grande parte dos recursos aplicados através do esquema 34/18.

A composição setorial em cada segmento de renda de cada Estado migracional, obtém-se dividindo-se cada vetor linha de uma matriz do tipo M pelo somatório dos elementos do mesmo vetor linha. A composição setorial em cada classe é obtida analogamente. A evolução da composição setorial entre os quatro Estados Migracionais de migrantes, para cada classe de renda, é apresentada na tabela 8.

O setor de Prestação de Serviços é mais absorvedor dos migrantes, quanto menos o migrante se distancia de época da migração. Isso confirma que o setor de Prestação de Serviços, que é o mais desprivilegiado em termos de renda média, presta-se como o setor hospedeiro para os migrantes recentes, que são absorvidos, mas, que não permanecem nele à medida que ganham experiência metropolitana (dada por t).

Afora o setor de Prestação de Serviços, existe uma grande similaridade entre as composições setoriais dos diferentes valores de t na classe de baixa renda e, à

TABELA 7
REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE – 1970
REMUNERAÇÃO (EM Cr\$) “PER CAPITA” DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (*)

Setores	Migrantes					Nativo	PEA
	t < 2	2 ≤ t < 6	6 ≤ t < 11	11 ≤ t	Total		
PS	86	96	109	130	107	111	109
A	128	135	127	140	134	113	121
CC	206	208	222	217	215	191	203
AI	295	254	279	300	290	237	261
CM	261	266	285	323	298	248	273
TCA	334	296	335	336	329	292	310
AS	284	298	344	367	339	313	326
AP	476	514	493	454	478	379	429
PL	528	422	480	660	576	528	551
OA	304	314	355	365	348	221	270

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1970 – IBGE.

(*) – Exclui-se da PEA o intervalo “de Cr\$ 2001 e mais” e as pessoas que não declararam a remuneração.

medida em que cresce o nível da classe de renda, diminui a similaridade. O setor de Atividades Industriais, por exemplo, cuja participação na classe de baixa renda quase não varia quando se comparam os migrantes recentes ($t < 2$) e os migrantes remotos ($t \geq 11$), aumenta consideravelmente sua participação no caso de migrantes recentes, à medida que cresce o nível da classe de renda (veja tabela 8).

A frequência relativa da participação de cada Estado migracional de migrante no total de migrantes de cada setor é observada na tabela 9, para as classes de renda, e na tabela 10, para os três segmentos de classe de baixa renda. Em cada linha horizontal dessas tabelas calculou-se o coeficiente de variação intersetorial. Esse coeficiente mede a dispersão das frequências relativas para cada t prefixado. Para cada valor de t , a dispersão tende a aumentar quando se aumenta o nível da classe de renda (veja tabela 9). Segmentando-se a classe de baixa renda (veja tabela 10), a mesma tendência só se verifica a partir do segmento “de Cr\$ 101 a 200”, para o segmento “de Cr\$ 201 a 300”. No segmento “de Cr\$ 101 a 200”, os coeficientes de variação são os mais baixos, o que significa que, em torno do salário mínimo, os setores absorvem quase equi-proporcionalmente os migrantes de distintos estados migracionais.

Em suma, excluindo-se o segmento mais baixo, há uma tendência da absorção de migrantes entre os setores deixar de ser equi-proporcional nos estados migracionais, quando cresce o nível de renda.

Para se obter a composição setorial da força de trabalho de cada segmento de renda, divide-se cada vetor linha da matriz $[M \text{ total}]$ pelo somatório dos elementos do mesmo vetor linha.

O setor de Prestação de Serviços, por ser o mais absorvedor de migrantes, torna-se o setor quantitativamente mais importante (22%) na composição setorial do total (nativos mais migrantes) da força de trabalho da RMR (veja tabela 11). Participa com a altíssima taxa de 61% no segmento mais baixo da classe de baixa renda, que equivale a quase 15% do total da PEA de todos os segmentos de renda. Vale dizer que o setor de Atividades Industriais é o único setor que globalmente (para todos os segmentos de renda), ultrapassa os quinze pontos percentis que Prestação de Serviços quase atinge só com seus elementos do segmento “de Cr\$ 1 a 100”.

Atividades Industriais, com 16% da PEA, é o segundo setor em importância, e Comércio de Mercadorias, com 14%, obtém o terceiro lugar. Os três maiores setores absorvem mais da metade da PEA. O menor setor é o de Profissões Liberais, com menos de um por cento. Os outros variam de sete a nove por cento.

Quando se passa do primeiro para o segundo segmento da classe de baixa

TABELA 8
REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE – 1970
EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO SETORIAL (EM %) DAS CLASSES DE RENDA
ENTRE ESTADOS MIGRACIONAIS

Classes de Renda (Cr\$) e Estados Migracionais (t)	SETORES										Total
	A	AI	CC	CM	PS	TCA	AS	AP	OA	PL	
Classe de Baixa Renda											
De Cr\$ 1 a 300											
t < 2	6,3	14,3	9,0	11,1	40,6	4,8	5,7	5,8	2,0	0,3	100
2 ≤ t < 6	6,3	15,8	10,6	13,7	33,3	5,8	6,5	5,4	2,0	0,5	100
6 ≤ t < 11	7,4	15,2	10,0	14,6	31,6	6,1	7,3	5,1	2,3	0,5	100
11 ≤ t	6,3	15,3	9,4	15,4	27,9	7,3	8,6	7,1	2,2	0,4	100
Classe Média Baixa											
De Cr\$ 301 a 500											
t < 2	0,8	18,9	6,8	15,5	7,8	16,2	10,3	16,4	6,0	1,4	100
2 ≤ t < 6	1,4	17,6	7,1	14,8	9,0	14,6	10,2	17,6	6,5	1,1	100
6 ≤ t < 11	0,4	17,9	4,9	17,4	7,5	14,5	13,3	15,5	7,1	1,5	100
11 ≤ t	1,1	16,3	5,0	17,0	8,1	16,5	11,1	19,3	4,9	0,7	100
Classe Média Alta											
De Cr\$ 501 a 2.000											
t < 2	1,1	19,5	3,7	13,2	5,2	9,2	6,9	28,9	9,9	2,3	100
2 ≤ t < 6	1,5	13,2	4,0	17,5	4,7	6,8	9,3	31,6	9,7	1,7	100
6 ≤ t < 11	1,4	13,4	4,4	16,9	5,2	9,5	12,8	25,7	8,6	2,2	100
11 ≤ t	1,0	14,8	3,2	21,4	6,2	8,8	13,7	19,8	8,0	3,2	100
Classe de Alta Renda											
De Cr\$ 2.001 e mais											
t < 2	1,2	33,4	4,6	9,6	3,9	3,4	7,9	21,4	9,0	5,6	100
2 ≤ t < 6	1,6	19,1	4,5	10,1	4,5	5,5	8,6	22,6	18,3	5,3	100
6 ≤ t < 11	4,6	18,1	4,7	12,2	5,4	3,2	11,3	24,0	9,1	7,3	100
11 ≤ t	1,6	19,6	3,2	16,0	3,7	3,9	16,7	16,6	8,6	10,1	100

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1970 – IBGE.

renda, e desse para terceiro, a importância relativa do setor de Prestação de Serviços cai abruptamente. Juntando os três segmentos da classe de baixa renda, o setor de Prestação de Serviços é o mais absorvedor de força de trabalho, porém, dentro de cada segmento, só é de maior importância como absorvedor de força de trabalho no mais baixo deles. À medida em que cresce o nível de renda, o setor de Prestação de Serviços perde importância relativa na composição setorial (veja tabela 11).

O setor de Atividades Industriais, além de ser o mais importante na classe de alta renda, também o é no segmento de baixa renda “de Cr\$ 101 a 200”, que abrange o salário mínimo. A partir do segmento do salário mínimo até a renda de Cr\$ 2.000, o setor de Construção Civil tende a perder importância. O setor de Transportes, Comunicação e Armazenagem perde importância quando os segmentos de renda se distanciam da classe média baixa (veja tabela 11).

Os setores Comércio de Mercadorias e Atividades Industriais mantêm-se no grupo dos “3 mais” importantes absorvedores de força de trabalho, independentemente da classe de renda. Também entra nesse grupo dos “3 mais” o setor Administração Pública, salvo na classe de baixa renda, onde tem pouca importância. Na classe alta, o setor mais importante é o de Atividades Industriais, que participa com um quinto da classe. No grupo dos “5 mais” importantes setores urbanos aparece o de Atividades Sociais. No grupo dos “5 mais” ainda se apresentam o setor de Construção Civil, na classe de baixa renda, e o setor de Transportes, Comunicação e Armazenagem, nas classes médias.

TABELA 9
REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE - 1970
CLASSES DE RENDA
PARTICIPAÇÃO (%) DOS MIGRANTES DE DIVERSOS ESTADOS MIGRACIONAIS (1) NOS SETORES

Classes de Renda (Cr\$) e Estados Migracionais (t, em Anos de Residência)	SETORES										PEA	Coeficiente de Variação Inter- setorial
	A	AI	CC	CM	PS	TCA	AS	AP	OA	PL		
Classe de Baixa Renda												
De Cr\$ 1 a 300												
t < 2	24,1	23,3	23,1	19,5	30,9	18,9	18,9	22,9	23,2	18,6	24,6	0,158
2 ≤ t < 6	13,5	14,5	15,4	13,5	14,3	12,8	12,1	11,8	13,1	16,7	13,8	0,103
6 ≤ t < 11	16,7	14,7	15,2	15,2	14,3	14,1	14,3	11,9	15,5	15,8	14,6	0,082
11 ≤ t	45,7	47,5	46,2	51,8	40,5	54,2	54,7	53,4	48,1	48,9	47,0	0,087
Migrantes	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-
Classe Média Baixa												
De Cr\$ 301 a 500												
t < 2	15,2	20,8	22,9	17,6	18,2	19,2	17,4	17,1	20,2	25,7	18,8	0,151
2 ≤ t < 6	16,5	11,9	14,8	10,4	12,9	10,6	10,6	11,3	13,4	13,3	11,6	0,152
6 ≤ t < 11	4,8	14,1	11,9	14,3	12,6	12,3	16,2	11,7	17,0	22,1	13,5	0,308
11 ≤ t	63,5	53,3	50,5	57,7	56,3	57,9	55,9	60,0	49,3	38,9	56,1	0,120
Migrantes	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-
Classe Média Alta												
De Cr\$ 501 a 2.000												
t < 2	18,1	24,2	26,2	13,4	17,4	19,9	11,2	23,1	21,8	16,3	19,0	0,237
2 ≤ t < 6	14,8	9,6	16,8	10,5	9,2	8,6	8,9	14,9	12,6	7,1	11,2	0,274
6 ≤ t < 11	18,4	13,4	25,3	13,9	14,2	16,7	16,7	16,6	15,3	12,5	15,4	0,212
11 ≤ t	48,7	52,8	31,7	62,2	59,2	54,8	63,3	45,3	50,3	64,2	54,5	0,178
Migrantes	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-
Classe de Alta Renda												
De Cr\$ 2.001 e mais												
t < 2	12,4	29,9	23,8	14,0	18,9	17,5	11,7	22,1	18,2	13,2	20,0	0,303
2 ≤ t < 6	9,0	9,4	12,7	8,1	12,1	15,3	6,9	12,8	20,3	6,9	11,0	0,352
6 ≤ t < 11	30,3	10,2	15,5	11,2	16,8	10,4	10,6	15,7	11,7	10,9	11,4	0,406
11 ≤ t	48,3	50,5	48,1	66,8	52,1	56,8	70,9	49,4	49,8	69,0	57,6	0,155
Migrantes	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1970 - IBGE.

TABELA 10
REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE – 1970
SEGMENTOS DE BAIXA RENDA
PARTICIPAÇÃO (%) DOS MIGRANTES DE DIVERSOS ESTADOS MIGRACIONAIS (t) NOS SETORES

Classes de Renda (Cr\$) e Estados Migracionais (t. em Anos de Residência)	SETORES										PEA	Coeficiente de Variação Inter- setorial
	A	AI	CC	CM	PS	TCA	AS	AP	OA	PL		
De Cr\$ 1 a 100												
t < 2	25,1	24,2	21,1	19,3	34,6	15,8	17,5	53,5	22,0	22,8	31,3	0,411
2 ≤ t < 6	14,1	14,9	13,4	14,5	15,0	12,7	10,7	9,5	10,0	5,7	14,5	0,238
6 ≤ t < 11	16,0	19,1	17,9	15,8	13,9	14,3	17,6	9,9	15,9	26,0	14,6	0,238
11 ≤ t	44,8	41,9	47,6	50,4	36,5	57,2	54,2	27,1	52,1	45,5	39,6	0,419
Migrantes	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	—
De Cr\$ 101 a 200												
t < 2	23,7	23,3	24,1	20,1	18,4	18,8	19,7	19,3	22,2	19,9	21,4	0,098
2 ≤ t < 6	13,0	14,2	16,2	13,8	11,8	12,4	11,9	11,9	13,3	17,5	13,6	0,134
6 ≤ t < 11	17,2	13,9	14,9	14,9	15,7	15,1	14,1	13,0	14,3	10,5	14,7	0,117
11 ≤ t	46,1	48,7	44,7	51,2	54,1	53,7	54,2	55,9	50,2	52,1	50,3	0,068
Migrantes	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	—
De Cr\$ 201 a 300												
t < 2	17,3	23,1	20,2	18,4	18,4	19,4	18,1	16,9	25,1	14,3	19,6	0,154
2 ≤ t < 6	14,1	15,3	13,1	11,4	11,5	13,2	12,7	12,5	14,6	21,4	13,1	0,196
6 ≤ t < 11	17,9	15,3	14,8	15,1	14,6	13,0	13,7	11,4	17,0	18,8	14,2	0,141
11 ≤ t	50,7	46,4	51,8	55,1	55,4	54,4	55,6	59,1	43,2	45,5	53,2	0,095
Migrantes	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	—

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1970 – IBGE.

TABELA 11
REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DE ATIVIDADE NOS DIVERSOS SEGMENTOS DE RENDA

CLASSES DE RENDA	A	AI	CC	CM	PS	TCA	AS	AP	OA	PL	PEA
Sem Rendimento	2.203	87	66	344	169	24	719	—	9.891	27	13.530
%	16,28	0,64	0,49	2,54	1,25	0,18	5,31	—	73,10	0,20	100
De Cr\$ 1 a 100	12.810	6.698	4.105	12.882	73.206	1.842	3.124	2.871	1.721	300	119.559
%	10,71	5,60	3,43	10,77	61,23	1,54	2,61	2,40	1,44	0,25	100
De Cr\$ 101 a 200	16.540	40.650	23.044	27.639	19.705	12.003	15.390	10.710	4.247	887	170.815
%	9,16	23,80	13,49	16,18	11,54	7,03	9,01	6,27	2,49	0,52	100
De Cr\$ 201 a 300	704	12.072	4.928	9.353	5.209	9.275	8.613	9.841	2.981	475	63.451
%	1,11	19,03	7,77	17,74	8,21	14,62	13,57	15,51	4,70	0,75	100
De Cr\$ 301 a 500	378	7.898	2.295	6.987	3.382	7.174	5.024	8.154	2.680	539	44.511
%	0,85	17,74	5,16	15,70	7,60	16,12	11,29	18,32	6,02	1,21	100
De Cr\$ 501 a 1.000	229	4.887	1.024	5.804	1.860	3.379	3.405	6.534	2.438	777	30.337
%	0,75	16,11	3,38	19,13	6,13	11,14	11,22	21,54	8,04	2,56	100
De Cr\$ 1.001 a 1.500	115	1.264	259	1.525	373	512	1.355	2.380	1.049	365	9.197
%	1,25	13,74	2,82	16,58	4,06	5,57	14,73	25,88	11,40	3,97	100
De Cr\$ 1.501 a 2.000	133	900	218	977	149	254	993	1.525	717	281	6.147
%	2,16	14,64	3,55	15,89	2,42	4,13	16,15	24,81	11,67	4,57	100
De Cr\$ 2.001 e mais	161	1.521	376	1.004	298	284	1.097	1.422	753	610	7.526
%	2,14	20,21	5,00	13,34	3,96	3,77	14,58	18,89	10,01	8,10	100
Sem Declaração	1.101	2.880	2.462	2.337	4.379	1.142	762	462	10.646	104	26.275
%	4,19	10,96	9,37	8,89	16,67	4,35	2,90	1,76	40,52	0,39	100
TOTAL	34.374	78.857	38.777	68.852	108.730	35.889	40.482	43.899	37.123	4.365	491.348
%	7,00	16,05	7,89	14,01	22,13	7,30	8,24	8,93	7,55	0,89	100

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1970 — IBGE.

SUMMARY

The study represents an analysis of the influence of migrations on the sectorial structure of the man-power of Metropolitan Area of Recife, since the economic literature about migrations is more related to the causes than to the results of the migratory flow.

According to the income distribution pattern of migratory states, the author points out the trend of a migrant to increase his income when he increases the number of years of residence in a certain municipality of the Metropolitan Area of Recife: the average income of the migrants being a crescent function of the time. The author's verification aims to check the hypothesis of the theory of the income distribution by means of which the transformations of the structure of the labor force is explained according to the income differentials.

Another conclusion that follows up the study is that the income distribution of all migrants is better than the one of the natives, which is confirmed by comparing the pattern of each distribution, showing that the rate of migrants per natives increases with the income level of the several classes.

Finally, the study reveals the distribution of the natives and of the migrants, by participation among the several branches of activity, as well as the sectors that shows greater capacity of absorption of labor, which is classified as native and migrant labor.

